

MUSEU, INCLUSÃO SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Diana Farjalla Correia Lima (orientadora)
Ana Fátima Berquó (mestranda)

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST
(PPG-PMUS) – Brasil.

Resumo

O museu se caracteriza como espaço de pesquisa e disseminação do conhecimento. De acordo com tal perspectiva, deve assegurar que o processo informacional e comunicacional atendam seus diferentes públicos das categorias identificadas como: visitantes (exposições) e usuários dos serviços de informação. Estabelecer condições para o atendimento e a recepção de qualquer público é o fundamento no qual se apóia a função social do museu. Entretanto, nos diversos segmentos destes públicos há grupos com necessidades especiais como, por exemplo, pessoas com deficiência visual. E, neste caso em questão, o que tem sido observado pelo foco desta demanda 'especial' é a ocorrência de obstáculos que impedem desejável atendimento, seja em contexto eletrônico, via a rede internacional de computadores – site do Museu na internet – seja no próprio ambiente físico no qual está localizado o Museu. Em razão disto, configura-se a questão da inclusão social em contexto de temática museológica. Toma-se como referência para estudo o modo pelo qual se deve receber adequadamente o público com deficiência visual, na medida em que este grupo vocaliza socialmente dificuldades encontradas para a comunicação. Portanto, a abordagem trata do necessário preparo que, em tal condição, é exigido para o Museu e seus profissionais; situação que deve envolver o conhecimento prévio sobre a natureza e formas de percepção características dessa deficiência, incluindo análises e avaliações permanentes acerca das especificidades e pontos comuns entre esse público e público em geral que visita ou consulta os serviços oferecidos. O estudo já iniciado para a pesquisa (dissertação de mestrado) visa, a partir dos resultados alcançados, contribuir para o campo da Museologia tomando como estudo de caso três museus de significativa expressão no cenário brasileiro, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Inclusão social e museu. Museu Inclusivo e pessoa com deficiência visual.

MUSEO, INCLUSIÓN SOCIAL Y PERSONAS CON DEFICIENCIA VISUAL

Resumen

El museo se caracteriza por ser un espacio de investigación y difusión de conocimientos. De acuerdo con esta perspectiva debe asegurar que el proceso informativo y comunicacional atienda a los diferentes públicos en las categorías identificadas como visitantes (exposiciones) y usuarios de los servicios de información. Establecer las condiciones para la atención y la recepción de cualquier público es el fundamento en el cual se apoya la función social del museo. Entre tanto, en los diversos segmentos de estos públicos hay grupos con necesidades especiales como, por ejemplo, personas con deficiencia visual. En este caso lo que se ha observado en el foco de esta demanda “especial” es la presencia de obstáculos que impiden una atención deseable, ya sea en el contexto electrónico, vía una red internacional de computadoras - el sitio del museo en Internet - o en el propio ambiente físico en el cual está localizado el museo. A raíz de esto se configura la problemática de la inclusión social en el contexto de la temática museológica. Se toma como referencia para el estudio la manera en que se debe recibir adecuadamente al público con deficiencia visual, considerando que este grupo expresa socialmente las dificultades surgidas en la comunicación. Por lo tanto, el abordaje trata de la preparación necesaria que en tales condiciones se exige al museo y sus profesionales. Esta situación debe abarcar el conocimiento previo sobre la naturaleza y las formas de percepción característica de esa deficiencia, incluyendo los análisis y evaluaciones permanentes acerca de las especificidades y de los puntos comunes existentes entre ese público y el público en general que visita o consulta los servicios ofrecidos. A partir de los resultados ya alcanzados en esta investigación (disertación de maestría) se procura ofrecer una contribución al campo de la museología tomando como estudio de caso tres museos significativos en el escenario brasileño, localizados en la ciudad de Río de Janeiro.

Palabras clave: Inclusión social y museo. Museo Inclusivo y persona con deficiencia visual.

MUSEUM, SOCIAL INCLUSION SOCIAL AND VISUALLY HANDICAPPED PEOPLE

Abstract

The museum is a space for research and dissemination of knowledge. According to this approach, it must ensure that both the informative and communicational process cater for the different audiences in the categories identified as visitors (exhibitions) and users of the information services. Setting the conditions for the *attention* and *reception* of any audience is the foundation on which the social function of the museum is supported. Nevertheless, within the different audiences there are groups with special needs such as visually handicapped people. In this “special” case the demand focuses on the presence of obstacles which hinder a proper attention, whether within the electronic context through an international computer network, (the museum website on Internet), or within the very physical place where the museum is located. On this basis, the question of social inclusion is established in the context of museological areas. As a reference for this study, the way in which the audience with visual deficiencies must be properly received is considered, taking into account that this group socially expresses the difficulties arisen within communication. Therefore, this approach deals with the necessary preparations that such condition demands from the museum and its professionals. This situation must encompass previous knowledge about the nature and the typical ways of perception of this deficiency, including permanent tests and evaluations about the specificities and the points in common between this audience and the general audience that visits or consults the offered services. It is hoped that through the results obtained within the results of these studies already begun, contribution to the field of museology can be offered taking as a case study three significant museums within the Brazilian scenario, located in the city of Rio de Janeiro.

Key words: Social inclusion and museum. Inclusive museum and visually handicapped person.

MUSEU, INCLUSÃO SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Diana Farjalla Correia Lima (orientadora)

Ana Fátima Berquó (mestranda)

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST (PPG-PMUS) – Brasil.

[...] se é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a *possibilidade pura* de tirar proveito das obras expostas nos museus, ocorre que somente alguns têm a *possibilidade real* de concretizá-la. Pierre Bourdieu e Alain Darbel.

O presente artigo versa sobre a pessoa com deficiência visual e sua inclusão social representada pelo acesso aos Museus e suas coleções, na cidade do Rio de Janeiro, onde estão localizados Museus de significativa expressão no cenário brasileiro.

Em razão da prática profissional que nos mantêm realizando visitas periódicas aos espaços museológicos, foi possível constatar a inexistência de um Museu que se possa reconhecer como dotado de recursos adequados para o atendimento à pessoa com deficiência visual.

O que tem ocorrido nos Museus situados na cidade do Rio de Janeiro é a realização de algumas atividades pontuais ou exposições temporárias dirigidas a este público. Como exemplo, podemos citar a exposição dedicada a Auguste Rodin no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), em 1997; e outra exibição enfocando Camille Claudel no Museu de Arte Moderna (MAM-RJ), em 1998. Em data mais recente, vale mencionar a exposição Poética da Percepção, realizada no MAM/RJ (2008), cujo tema enfocava a Arte associada aos cinco sentidos: tato, audição, olfato, visão e paladar. Estas exposições atingiram tanto o público em geral quanto as pessoas com necessidades especiais.

Os Museus que, por definição, exercem papel relevante para a preservação do Patrimônio, na medida em que esta ação é uma das suas funções básicas no tocante aos Bens Culturais (em sentido amplo, integrando os de origem natural) que estão sob sua responsabilidade, e também, pelo seu caráter conceitual, por serem instituições sociais voltadas ao serviço do público, portanto de caráter aberto, devem oferecer condições de amplo acesso aos seus edifícios, suas coleções, seus demais espaços e elementos musealizados.

Deste modo, os Museus, de acordo com a função social e cultural que apresentam estarão atuando como espaços para fruição, conhecimento, autoconhecimento e afirmação da identidade sociocultural de todos os seus frequentadores.

O papel do museu não é revelar o implícito, nem o explícito, não é resgatar o submerso, não é dar voz aos excluídos (nem aos incluídos...) [...]. Em suma, o museu não é um doador de cultura. Sua responsabilidade social é excitar a reflexão sobre as múltiplas relações entre o presente e o passado, através de objetos no espaço expositivo (RAMOS, 2004, p.131).

No cotidiano dos que possuem o hábito de frequentar Museus é passível de ser constatada a ocorrência de inúmeros obstáculos impeditivos para o processo da fruição. O fato pode ser ocasionado quer por meio de barreiras arquitetônicas para pessoas com mobilidade reduzida, quer ao longo do percurso expositivo, como por exemplo, o resultado de falhas na apresentação das legendas, ou mesmo através de outros tantos entraves para a comunicação. E, ainda, o problema em questão pode decorrer do despreparo dos funcionários dos Museus em recepcionar o visitante com qualquer deficiência por não saber prestar a atenção que a situação exige.

Em se tratando da informação/comunicação em Museus, julgamos ser necessário assumir uma mudança no modo de atendimento e, para tanto, empregar de forma permanente os recursos e instrumentos apropriados para receber todo e qualquer segmento de público, inclusive o visitante com deficiência visual.

E conferir tratamento diferente a determinado segmento não é conceder privilégios, e sim estabelecer e tornar disponível as condições que são exigidas pelas peculiaridades de cada indivíduo visando à garantia da igualdade.

Segundo esta perspectiva que é entendida como voltada para a inclusão, sem dúvida, o Museu cumprirá com sucesso a sua missão social de incluir todas as pessoas na programação museológica, contribuindo gradualmente para a formação de uma sociedade inclusiva com mais adequada percepção e consciência para a questão da diferença. Deste modo, favorecendo o entendimento para a adaptação dos meios físicos e informacionais a favor das pessoas com deficiência.

É importante considerar, bem como não perder de vista que iniciativas de caráter inclusivo, isoladamente, pouco poderão produzir em termos de resultados concretos e de largo alcance. Sobretudo, fundamental é reconhecer que a implantação de serviços para a acessibilidade universal demanda uma articulação maior de meios e objetivos que, somente, políticas públicas de ação cultural de caráter inclusivo poderão realizar. Isto, em virtude da inclusão social, ao longo da sua história, caracterizar-se por um movimento de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na conquista dos seus direitos ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços).

E parafraseando Waldisa Rússio (1984, p. 60) quando em relação à comunidade afirma que “o museu resulta da comunidade, e *é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade*” (grifo do autor) podemos pensar em fazer Museu *com* a pessoa deficiente e não *para* a pessoa com deficiência.

Cabe-nos, nesse sentido, destacar experiências bem-sucedidas de atividades realizadas em determinados Museus localizados na cidade de São Paulo. A primeira que se deve indicar é o Programa denominado “Igual Diferente” desenvolvido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP); a outra ação é o “Programa Educativo Públicos Especiais” sob a responsabilidade da Pinacoteca do Estado de São Paulo. E, por último, a mais recente e que está a cargo do Museu do Futebol.

As três experiências estão baseadas no conceito da inclusão social em Museus e têm como objetivo permitir o acesso de forma permanente aos seus serviços e espaços físicos. O atendimento que realizam leva em consideração a diversidade de seus usuários e, portanto, a ação que estes Museus empreendem é um indicador que o procedimento não só serve de estímulo

como, também, estabelece condições para desenhar um modelo prático a ser seguido por outras instituições e seus profissionais especializados.

E, como é do nosso conhecimento, na sociedade contemporânea a presença da imagem vem sendo fortalecida no dia a dia das pessoas e encerra um vasto e significativo repositório de informações, por consequência, o universo imagético vem ocupando, cada vez mais, um lugar de destaque. É inegável que vivemos predominantemente em um mundo visual, no qual as imagens ‘falam’ todo o tempo, mas nem sempre encontramos profissionais habilitados para ‘traduzir’ aos deficientes visuais as mensagens que as imagens transmitem.

Nos Museus não é diferente. Seus ambientes como produtos dessa sociedade visual convidam os visitantes a estabelecer a relação com o conteúdo exposto através, principalmente, da exploração visual.

Quando se focaliza o visitante do Museu na perspectiva da pessoa com deficiência visual, geralmente, o que acontece é a pessoa estar fadada a não compartilhar do que lhe é oferecido, isto é, dos objetos tematicamente expostos em ambientação adequada para produzir um estímulo participativo, orientando a respostas e ao processo de cognição. Limita-se a ouvir, quando muito, a descrição daquilo que seus dedos não alcançam. Isto pelo motivo que, em se tratando de pessoas com deficiência visual, seus dedos correspondem aos olhos para aquele que enxerga e estes são um dos canais perceptivos através dos quais apreendem as coisas do mundo.

A visão, sem dúvida, é uma das mais importantes fontes de percepção do mundo para as pessoas que enxergam. Entretanto, as pessoas com deficiência visual, apesar de privadas deste sentido, também fazem jus a perceber o mundo com os sentidos remanescentes e, para ampliar suas experiências além da escolar, é imperioso oferecer-lhes oportunidades em espaços de outras instituições tais como: museus, teatros, cinemas, centros culturais entre outros locais de lazer e de conhecimento, buscando, nestes lugares, proporcionar-lhes oportunidades de contato com diferentes linguagens e, a partir desta postura, estaremos contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

o modo como a sociedade equaciona os problemas criados pela presença de minorias deficiente e desfavorecidas reflete sua concepção fundamental da natureza e valor do homem e seus pressupostos básicos sobre as suas obrigações comunitárias para com o cidadão individual (TELFORD, SAWREY, 1978, p.50).

Apesar de percebermos o mundo por meio de diferentes sentidos, as ações culturais em Museus de Arte, por exemplo, limitam o alcance do seu trabalho ao permanecer dando prioridade ao visual. Embora reconheçamos que o *modus operandi* das Artes Plásticas privilegia a questão da visualidade é preciso reconhecer que, nos Museus, o exercício desta prática como modelo exclusivo para atuar em contexto comunicacional gera barreiras para pessoas com deficiência visual no que diz respeito às mensagens propostas pelas exposições.

Dessa maneira o visitante com deficiência visual fica apartado e, no Museu, ocorre verificar que somente o público pertencente e dominador do sentido da visão estará apto a interagir com o discurso expositivo. Pierre Bourdieu e Alain Darbel na conhecida pesquisa sobre a naturalização dos processos de dominação cultural e que resultou no livro *O Amor pela Arte* alertam: “A obra de arte considerada enquanto bem simbólico não existe

como tal a não ser para quem detenha os meios de apropriar-se dela, ou seja, decifrá-la” (BOURDIEU e DARBEL, 2007, p. 71).

O lugar a ser conquistado pela pessoa com deficiência visual na sociedade dependerá da educação que esta receber. A educação, por sua vez, tende a refletir a filosofia política da sociedade que, atualmente, defende um sistema educacional para todos, interpretado no sentido de oferecer igualdade de oportunidades, até o limite da capacidade de cada um.

E, consultando o Código de Ética do ICOM para Museus (Disponível em: < http://www.icom.org.br/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2010, grifo nosso), constatamos que o documento orientador para o contexto profissional do campo da Museologia prevê que “A direção deve assegurar que todos tenham pleno acesso ao museu, suas coleções e informações durante horários razoáveis e por períodos regulares. Deve ser dada atenção diferenciada aos portadores de necessidades especiais”.

Esta postura do Conselho Internacional de Museus, como consequência leva-nos a considerar que é preciso fazer o previsto acontecer. Cremos, em razão do que não está sendo oferecido pelos os Museus sediados no Rio de Janeiro, que tais instituições consideradas pelo ICOM (Statutes, article 3, section 1. Disponível em: <<http://icom.museum/statutes.html#3>> Acesso em: 17 de abril de 2010) como lugares voltados para o “estudo, educação e lazer” (education, study and enjoyment) pela relevância que o significado do termo Museu ostenta no cenário cultural não merecem, com licença da metáfora, fechar os olhos para a inacessibilidade de seus espaços e devem ainda orientar os seus profissionais para receber convenientemente o público com deficiência. Essas iniciativas, que são de amplo aspecto, também estão capacitadas para beneficiar a todos os visitantes e usuários dos espaços e serviços museológicos, sem dúvida, possibilitando torná-los verdadeiramente inclusivos e frequentados por um número maior de pessoas.

E por que não pensar efetivamente o Museu como um espaço não-formal de educação para pessoas com deficiência visual?

O que falta para tanto?

Torna-se necessário planejar ações de estímulo sensorial, **principalmente através do tato/toque**, para proporcionar a estas pessoas, além do prazer da novidade, condições de ampliação e aprofundamento da visão de si mesmas, do homem em geral, reflexões sobre sua identidade, afirmação cultural e acesso ao saber.

Cabe-nos, em vista do que estamos apontando, lamentar que os Museus raramente usem o tato como meio de aprendizado sobre objetos (sessões de manuseio são consideradas oportunidades para **ver** de mais perto), todos nós, cegos ou não, experimentamos e compreendemos o mundo pelo toque.

A nossa abertura para os objetos vem, certamente, por meio do contato do nosso corpo com o corpo dos objetos. Ver cores, texturas, densidades, volumes, e também fazer coisas que em geral os museus não permitem: sentir cheiro, pegar, fazer um corpo-a-corpo com os objetos, ser afetado por sua temperatura e obter sensações que só a pele pode oferecer (RAMOS, 2004, p.160).

Devemos ressaltar que o tato não é um simples sentido, requer uma combinação de percepções da pele, do movimento dos dedos, mãos e braços, bem como informações sobre como nossos membros se movem e se posicionam em relação ao nosso corpo como um todo e ao que é tocado. Tato envolve a inter-relação entre ritmo, movimento, contato, propriocepção (equilíbrio postural e de localização), articulação e pressão e com este conjunto reconhecer forma, espaço, tamanho, textura, temperatura, vibração e resposta.

O sentido do tato não pode ser substituído pelo da visão; caso assim fosse certamente produziriam informações duplicadas, mas existirão percepções particulares a cada sentido. O toque fino, por exemplo, permite que sintamos o que não está disponível à visão; a qualidade de um tecido ou uma tábua é geralmente melhor avaliada com os dedos e mãos do que com os olhos.

O tato pode ser usado tanto subconscientemente quanto como uma habilidade; como o nariz de um perfumista, que pode ser treinado e desenvolvido. Como outros sentidos, o tato é usado com vários graus de acuidade e não é uma habilidade que pessoas cegas adquirem automaticamente e com destreza. Pessoas que aprenderam braille geralmente desenvolvem um acurado sentido do tato, portanto, há evidência que experiências táteis prolongadas resultam em um certo grau de reorganização e especialização do córtex, mas isso acontece através de prática intensiva e não pelo processo 'mágico' de alguma compensação sensorial.

Se indagarmos aos visitantes de Museus cegos ou com baixa visão a forma como apreendem o conhecimento no espaço museológico, sem dúvida ressaltarão a importância do tato. Independente do seu grau de habilidade, o tato significa um meio primário de aprendizado sobre objetos. Por outro lado, o tato complementa a pouca visão e confirma ou contradiz percepções visuais ambíguas. Nestes casos, os visitantes com vários tipos de visão parcial usarão o tato exatamente como as pessoas com visão perfeita o usam, para preencher as inevitáveis lacunas e incerteza da visão. Notadamente, o tato é frequentemente usado para ajudar o visitante na construção da imagem *visual*.

Como permitir que pessoas com deficiência visual toquem os objetos se ao mesmo tempo é preciso conservá-los intocáveis?

Ampliando a discussão: cabe ao museólogo e especialistas em preservação e conservação destacar os objetos que poderiam ser utilizados por pessoas com deficiência visual porque há de haver alguns que sejam resistentes ao toque.

E depois, preservar para quem?

O paradoxo permanece. Preservamos um determinado objeto para gerações futuras, na incessante busca humana da permanência, e se nesta futura geração houver pessoas com deficiência visual a quem lhes é negado o direito de fruir do que foi preservado para elas, de que adianta preservar? Segundo Stallybrass (2008, p. 66) "As memórias estavam, assim, inscritas, para os pobres, em objetos que eram assombrados pela perda. Pois os objetos estavam num estado constante de estarem prestes a desaparecer". Surge nesta passagem um exemplo do que preservar aludindo ao receio que nos ronda pela ideia da nossa finitude.

A (In)conclusão a que chegamos é que para uma efetiva mudança na concepção do público dos Museus é necessário uma ruptura com a ideia de “necessidades culturais” como algo natural e autêntico e não como condicionados a fatores econômicos, sociais e culturais. Para que o Museu efetivamente inclua a pessoa com deficiência visual na sua programação é preciso que seja compreendida a deficiência em sua extensão social, removendo tensões e preconceitos, o que é possível quando se estabelece o diálogo. Enfim, espera-se que a pessoa com deficiência visual e o Museu passem a não se estranharem.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público.** 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CALVINO, Ítalo. **Coleção de areia.** Tradução Maurício Santana Dias. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

ICOM - International Council of Museums. **Código de Ética do ICOM.** Disponível em: <http://www.icom.org.br/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2010.

ICOM - International Council of Museums. **Statutes, article 3, section 1.** Disponível em: <<http://icom.museum/statutes.html#3>> Acesso em: 17 de abril de 2010.

MENSCH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. **Boletim do ICOFOM-LAM.** Buenos Aires, n. 4-5, p. 10, ago. 1992.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história.** Chapecó: Argos, 2004. 178 p.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.** São Paulo: Brasiliense; CONDEPHAAT, 1984. p. 59-78.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor.** Organização e Tradução Tomaz Tadeu. 3. ed. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 111 p. (Coleção Mimo).

TELFORD, C., SAWREY, G. M. **O indivíduo excepcional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.